

REDES DE INFLUÊNCIA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO EM MATO GROSSO: UM BOM NEGÓCIO CHAMADO EDUCAÇÃO

MARIA ELOISA DA SILVA¹; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO³

¹*Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – eloisasilva40@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – alvaro.hypolito@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte dos estudos desenvolvidos junto ao Grupo de Pesquisa Gestão, Currículo e Políticas Educativas – UFPEL e parte da tese de doutorado que trata sobre políticas educacionais, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa em currículo, profissionalização e trabalho docente. O objetivo da pesquisa é mapear as redes de influência presentes nas políticas educacionais do sistema estadual de ensino em Mato Grosso, problematizando as suas interferências na gestão, no currículo e no trabalho docente das escolas.

Atualmente, duas consultorias estão presentes nas políticas educacionais do sistema estadual de ensino em Mato Grosso, a Falconi – consultores de resultados com o programa “Gestão para resultados em educação” e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação em Educação – CAED da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, com o programa “Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual – ADEPE/MT”. Nesta pesquisa, apresentamos as análises preliminares realizadas sobre o “Projeto de Estudo e Intervenção Pedagógica – PEIP”, implementado pela Secretaria de Estado de Educação em Mato Grosso – SEDUC/MT, identificando as interferências dessas consultorias.

As discussões da pesquisa fundamentam-se em MAINARDES (2009) fazendo considerações sobre a pesquisa em políticas educacionais, em BALL (2005; 2014) com relação à privatização dos serviços públicos e as redes de influência em políticas educacionais, em HYPOLITO; VIEIRA; LEITE (2012) sobre os efeitos da regulação na gestão, no currículo e no trabalho docente, em HYPOLITO (2008) com relação ao gerencialismo nas políticas educacionais e HYPOLITO; GANDIN (2013) que trata da responsabilização sobre o trabalho docente.

2. METODOLOGIA

Os dados da pesquisa foram extraídos de fontes acessadas por meio de buscas na internet, denominados de “mapeamento de rede que consiste em uma metodologia de identificar os atores nessas redes, seu poder e suas capacidades, e as formas pelas quais exercem o seu poder por meio da associação dentro das redes de relações” (BALL, 2014:30). Todas as informações foram extraídas de fontes de domínio público.

Posteriormente, por meio de análise documental do “Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica (PEIP)”, implementado no sistema estadual de ensino em Mato Grosso, identificamos as interferências dessas consultorias na reorganização das políticas educacionais no sistema estadual de ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos maiores desafios sobre a pesquisa em políticas educacionais talvez seja identificar as redes de influências presentes nessas propostas, no sentido de

“compreender o processo de disputa de influências, que pode ser observado na formulação das políticas” (MAINARDES, 2009:12). Aqui, consideram-se tanto as agências nacionais/internacionais, como empresas que prestam consultoria para os governos, na forma de parcerias público-privadas, contratadas por valores consideravelmente significativos e lucrativos, no sentido de reorganizar as políticas educacionais de estados e municípios brasileiros. Os discursos nesse tipo de contratação têm sido quase sempre os mesmos, nos quais “o privado é idealizado e poetizado e a prestação dos serviços públicos é consistentemente, demonizado” (BALL, 2005:6).

Seguindo essa lógica, o sistema estadual de ensino em Mato Grosso, contratou, no ano de 2016, os serviços da Falconi – consultores de resultados – e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação em Educação – CAED, para um trabalho de reorganização das políticas educacionais, por intermédio dos programas “Gestão para resultados em educação” e “Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual – ADEPE/MT.”

A seguir, apresentamos um quadro, identificando as principais características dessas consultorias.

QUADRO I FALCONI – CONSULTORES DE RESULTADOS

Segmento Educação
Transformar a educação para a educação transformar o Brasil. Esse é o objetivo da FALCONI Educação, frente a atuação que visa aprimorar a gestão de instituições públicas ou privadas do ensino básico e superior. Somos uma equipe de consultores com ampla experiência no setor, preparada para conciliar conhecimento gerencial e técnico e apoiar nossos clientes na melhoria da gestão educacional.
Valores
Meritocracia/Obstinados por resultados/Disciplina/Atitude de dono/Aprender e ensinar/Bom humor/Simplicidade.

Fonte: www.falconi.com/segmentos/educacao

QUADRO II CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – CAED/UFJF

Quem Somos
O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, é uma instituição que operacionaliza (elabora e desenvolve) programas estaduais e municipais destinados a mensurar o rendimento dos estudantes das escolas públicas. Possui parceria com a Fundação Roberto Marinho, Instituto Unibanco e Fundação OI Futuro.
Atuação nos Sistemas Estaduais
Acre/SEAPE; Alagoas/AREAL; Amazonas/SABE; Ceará/SPAEC; Espírito Santo/PAEBES; Goiás/SAEGO; Minas Gerais/SIMANE; Mato Grosso/AVALIAMT ; Mato Grosso do Sul/SISPAE; Paraíba/AVALIA IDEPB; Pernambuco/SAEPE; Paraná/SAEP; Rio Grande do Sul/SAERS; Piauí/SAEPI; Rio de Janeiro/SAERJ e Roraima/SAERO.

Fonte: www.caed.ufjf.br

O posicionamento aqui de forma alguma é ser contra a contratação dos serviços privados pelo setor público em qualquer hipótese, mas sim sobre a reformulação e reorganização do setor público, por intermédio de projetos que imitam o privado e têm consequências em termos de práticas, valores e identidades, no sentido de “tornar as escolas públicas em empresas que produzem valor-mercadoria” (BALL, 2005:7) e, para isso, interferem diretamente na gestão, no currículo e trabalho docente.

A Falconi – consultores de resultados, por meio do programa “Gestão para resultados em educação” capacitou, até o momento, 754 diretores escolares e

100 multiplicadores do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO, marcando o início de um modelo de gestão para resultados nas unidades escolares do sistema estadual de ensino. O trabalho, possui três marcos: gestão para resultados; gestão financeira e programas estruturantes. Segundo noticiado, “Esses marcos contemplam a melhoria da qualidade do ensino com equidade (avaliação padronizadas, currículo e correção de fluxo), formação continuada dos profissionais e metas para gestão de resultados das escolas.”¹

O CAED/UFJF, por meio do programa “Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual – ADEPE/MT” que instituiu o AVALIA/MT aplicou provas, nos dias 29 e 30 de março, para 160.214 alunos de 469 escolas estaduais urbanas, 12 de educação do campo e duas unidades quilombolas, do 2º, 4º, 6º e 8º ano do ensino fundamental e 1º e 2º ano do ensino médio, em “língua portuguesa e matemática, para avaliar a capacidade de leitura, escrita, interpretação, análise e resolução de problemas matemáticos.”²

Passamos agora para a discussão sobre os resultados das análises, até então realizadas, sobre o “Projeto de Estudo e Intervenção Pedagógica – PEIP” instituído em 14 de abril de 2016, pela Portaria nº161/2016/SEDUC/MT³. Sobre a orientação desse projeto, já na introdução encontramos

“A reorganização das Políticas Educacionais do Estado de Mato Grosso, com a inserção da Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual – ADEPE/MT e do Programa de Gestão para Resultados em Educação, está sendo determinante para as orientações relativas à elaboração e efetivação do Projeto de Estudo e Intervenção Pedagógica – PEIP, o qual se constitui em instrumento de planejamento das ações de formação e desenvolvimento profissional nas escolas da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso.” (SEDUC/MT, 2016:41)

Segue afirmando que “nesse sentido, orientamos, que a elaboração do PEIP, pelos profissionais da escola façam um estudo criterioso sobre os resultados das avaliações externas e internas que dão indicativos sobre a proficiência dos estudantes, utilizando-os como elementos de diagnóstico para rever o planejamento das ações pedagógicas na escola” (SEDUC/MT, 2016:42). A elaboração do PEIP prevê duas etapas, a primeira com a organização de um cronograma de estudos sob a coordenação do coordenador pedagógico da escola, com temáticas e bibliografias já sugeridas pela SEDUC/MT, e a segunda etapa como momento de execução do PEIP, em sala de aula, considerando, principalmente, os resultados das avaliações do AVALIA/MT.

Os PEIPs das escolas são encaminhados pelo gestor escolar para os CEFAPROS que “analisam e emitem parecer para o início do PEIP” (SEDUC/MT, 2016:47) e a Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação Básica – SUFP/SAPE que tem como uma das funções “promover, administrar e monitorar o PEIP” (SEDUC/MT, 2016:47).

O que consideramos, até o momento, é que a reorganização das políticas educacionais do sistema estadual de Mato Grosso possui, além de influências, importantes interferências tanto da Falconi – consultores de resultados, quanto do CAED/UFJF, no que diz respeito à gestão escolar (de resultados), no currículo (proficiência e competências na aprendizagem) e no trabalho docente com responsabilização dos professores pelos resultados na educação (PEIP). Outra questão que nos move é sobre a regulação presente nesses programas, por

¹ www.mt.gov.br/noticias - 19 de abril de 2016.

² www.mt.gov.br/noticias - 10 de março de 2016.

³ Diário Oficial nº 26.758 de 14 de abril de 2016, p. 40-50.

intermédio do controle efetivo dos CEFAPROS e da SUFP/SAPE sobre os projetos a serem desenvolvidos e aplicados nas escolas.

Com isso, “o modelo gerencialista parece ser hegemônico nas políticas educacionais, com seus índices de eficiência e produtividade, provas de avaliação em todos os níveis, *rankings* das escolas, para orientar políticas gerenciais de educação” (HYPOLITO, 2008:77). De modo que “as políticas de responsabilização (*accountability*) assumem um forte poder de influência nas práticas pedagógicas curriculares” (HYPOLITO, 2013:338). Sendo assim, “nesse processo, o trabalho docente, o currículo e a gestão das escolas vêm sendo submetidos a orientações cada vez mais conservadoras, com modelos de gestão que apregoam o eficientismo como a solução para todos os males da educação” (HYPOLITO; VIEIRA; LEITE, 2012:11). A reorganização das políticas educacionais do sistema estadual em Mato Grosso é perceptível, com as interferências dessas consultorias, aspectos gerencialistas, prescritivos, regulatórios e de controle sobre a gestão escolar, o currículo e o trabalho docente. Investigação ainda a ser mais desenvolvida na tese busca evidenciar as vozes da escola sobre essas interferências e como estão interpretando e re-interpretando todo esse processo.

4. CONCLUSÕES

O objetivo da pesquisa foi mapear as redes de influência presentes nas políticas educacionais do sistema estadual de ensino em Mato Grosso, problematizando as suas interferências na gestão, no currículo e no trabalho docente. Mostramos que a presença da Falconi – consultores de resultados e do CAED/UFJF, com o projeto “Gestão de resultados na educação” e o “AVALIA/MT” que estão reconfigurando as políticas educacionais por meio do “Programa de Estudos e Intervenção Pedagógica – PEIP” interferem em todo o trabalho pedagógico das escolas.

Com isso, as considerações da pesquisa elevam a necessidade de discussão sobre questões voltadas à qualidade de ensino, eficácia, eficiência, resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, capacitação técnica, intervenções pedagógicas e responsabilização dos professores pelos resultados no ensino, como a principal preocupação nessa reorganização das políticas educacionais, bem como sobre as influências dessas consultorias na educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALL, S. J. Educação Global S. A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2014.
- _____. Educação à Venda. Tradução de Leontina Luís. Livraria Pretexto, 2005.
- HYPOLITO, A. M. Estado Gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. RBPAE, v.24, nº 1, p. 63-78, jan/abr 2008.
- HYPOLITO, A. M.; GANDIN, L. A. Políticas de responsabilização, gerencialismo e currículo: uma breve apresentação. Revista e-Curriculum, nº11, v.2, agosto de 2013, PUC-SP, 2013.
- HYPOLITO, A. M.; VIEIRA, J. S.; LEITE, M. C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. Revista e-curriculum, v. 8, nº 2, São Paulo, agosto de 2012
- MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, vol.9, nº1, p. 4-16, jan/abr, Itajaí-SC, 2009.